Valor Econômico | Brasil

Redução de benefícios fiscais mira 'andar de cima' e ataca distorções

Gasto tributário do país este ano chega perto de R$ 1 tri, e mais de 60% são federais

Por Marcelo Osakabe — De São Paulo

11/11/2026 05h00 · Atualizado há 9 horas

Rever e reduzir benefícios e subsídios fiscais é uma forma de mirar o andar de cima na hora de fazer o ajuste fiscal e ainda ajuda a atacar distorções que prejudicam a economia brasileira, avaliam especialistas.

Segundo estimativas do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público (CPFO) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o gasto tributário do país atingiu R$ 954,73 bilhões em 2026, sendo que aproximadamente dois terços (R$ 621 bilhões) são federais.

Para 2027, a projeção é que fatia da União caia para R$ 434,2 bilhões - a mudança, no entanto, é apenas preliminar e ocorre porque serão extintos os benefícios relativos ao PIS/Cofins, que deixa de existir com a entrada em vigor da CBS. Os benefícios atrelados ao novo tributo ainda não foram contabilizados.

Um exemplo é a emissão de títulos isentos de Imposto de Renda (IR) - que voltou a entrar na pauta após tentativa frustrada ano passado. Nas contas do CPFO, apenas a isenção às Letras de Crédito da Agricultura (LCAs) e da Indústria (LCIs) custa R$ 17 bilhões ao Tesouro. Outras projeções, que abarcam outros instrumentos como as debêntures incentivadas, superam R$ 30,5 bilhões.

"Essas isenções tinham uma motivação inicial que era incentivar esse segmentos. Mas o mercado de capitais cresceu. Faz sentido, por exemplo, continuar incentivando o agronegócio, que já conta com uma série de outras linhas de financiamento, muitas subsidiadas?", questiona Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de Macroeconomia e Análise Setorial da Tendências Consultoria.

Ela explica que o Tesouro perde em duas pontas com a sobrevivência desses instrumentos. Além do IR, que deixa de ser arrecadado, é obrigado a oferecer taxas maiores para colocar no mercado seus próprios títulos - que pagam IR - para compensar a atratividade dos isentos.

Outro exemplo são mudanças no Simples Nacional e do Micro Empreendedor Individual (MEI). Economistas criticam os programas por ter limite muito alto, o que os afasta de seus objetivos originais, que é fomentar micro e pequenas empresas ou empreendedores. Atualmente, o limite do primeiro é R$ 4,8 milhões de receita bruta anual e do segundo, de R$ 81 mil anual que deve crescer a R$ 140 mil em 2028 após aprovação de uma lei a 11 dias do segundo turno das eleições presidenciais.

> **Muitos gastos e subsídios tributários já foram alvos de tentativas recentes de promover o ajuste. Parte passou ilesa**
>
> — Giosvaldo Teixeira

"Muitos profissionais liberais acabam criando empresas no Simples para aproveitar o recolhimento menor. O regime também incentiva empresas a ficarem pequenas para manter o benefício", afirma Ribeiro. "Uma empresa menor deixa de se desenvolver, ter ganhos de escala, se modernizar, ter mais produtividade."

No caso do MEI, o aumento do teto do regime ocorreu sem alterar a contribuição para a Previdência Social, que segue muito abaixo da contribuição do trabalhador CLT.

"Um profissional do MEI que ganha R$ 12 mil por mês vai continuar pagando R$ 80 de contribuição e poderá receber um salário mínimo lá na frente. Isso é 0,07% do seu rendimento mensal. Já um empregado com carteira que recebe, hoje, um salário mínimo, contribui com 7,5% para o INSS, fora os 20% da contribuição patronal, que no fundo, deixa de ir para ele. Para ter direito à mesma aposentadoria. É muito desproporcional", critica Sergio Firpo, coordenador do Observatório da Qualidade do Gasto Público do Insper.

Em sua proposta de ajuste, publicada ontem pelo **Valor**, ele elencou oito medidas que miram os gastos tributários e resultam, juntas, em economia líquida de aproximadamente R$ 79 bilhões - já descontadas as interseções com outras políticas, capacidade de recuperação, entre outros. É quase um quarto (22,4%) da economia total de sua proposta.

"E, diferentemente de outras intervenções, como a reforma paramétrica da Previdência Social, que demora para trazer economia, essas podem dar resultado rápido, desde que aprovadas", salienta. Além disso, acrescenta, o caminho no Congresso é relativamente mais fácil, porque a maioria pode passar via lei ordinária ou complementar, ao contrário de temas como a reforma da Previdência ou a administrativa, que necessitam de emenda à Constituição.

Firpo reforça que muitos desses gastos tributários são regressivos, beneficiando sobretudo os mais ricos. "As deduções de saúde e educação do IR, por exemplo. O pobre não paga imposto. A classe média opta, majoritariamente, pela declaração simplificada. Então elas só beneficiam quem faz declaração completa."

Giosvaldo Teixeira, pesquisador do CPFO do FGV Ibre, lembra que muitos desses gastos e subsídios tributários já foram alvos do governo em tentativas recentes de promover o ajuste. Muitos passaram ilesos devido à forte resistência política de grupos com influência no Congresso. A reforma tributária, por exemplo, manteve os benefícios para a Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073.

Um caso dessa dificuldade: a lei complementar aprovada no ano passado que promoveu um corte linear de 10% em gastos tributários atingiu parcela reduzida do universo de federais: R$ 130 bilhões. "E a economia estimada pela Receita Federal não é um para um, mas cerca de R$ 10 bilhões. Isso acontece porque esse gasto incentiva uma atividade em determinado setor. Sem ele, a operação pode cair ou, às vezes, até fechar", explica.

Ainda assim, Teixeira avalia que o caminho adiante pode ser mirar justamente nos programas que costumam ser poupados, para evitar a insegurança jurídica de mexer nos que já foram alvos de tentativas passadas. Neste grupo, estão programas que envolvem grandes somas, como o Simples Nacional (R$ 134,3 bilhões), Entidades sem fins lucrativos (R$ 55,9 bilhões), desoneração da cesta básica (R$ 45,1 bilhões), mas também os fundos constitucionais (R$ 2,5 bilhões), ProUni (R$ 3,9 bilhões), livros (R$ 2,7 bilhões).

Entre outras possibilidades, ele também sugere olhar para política de exportação da produção rural, que isenta produtores e a agroindústria de pagamento da contribuição patronal à Previdência. O benefício custa R$ 23,7 bilhões aos cofres públicos, diz Teixeira, "mas uma avaliação do Cmap [Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento] não encontrou indícios de que contribuiu para o aumento de competitividade da exportação", explica.

Firpo reconhece que será difícil enfrentar lobbies poderosos instalados no Congresso. "Mas, se o ponto é fazer um ajuste fiscal, é preciso lutar para não colocar a conta somente de um lado - no salário mínimo, na educação. Quem tem mais condição também tem que ajudar."